

A LITERATURA SOBRE RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

NO BRASIL (1964-2002): UMA SÍNTESE

[publicado na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, vol . 55, 1º. Semestre 2003, pp. 3-148]

Jorge Zaverucha

Helder B. Teixeira ¹

“É improvável que as instituições políticas e democráticas se desenvolvam, a menos que as forças militares e a polícia estejam sob pleno controle de funcionários democraticamente eleitos”.

Robert Dahl

Desde o fim do Regime Militar e o início do processo de transição para a democracia, tanto o estudo político sobre militares federais (Forças Armadas) e militares estaduais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar), bem como a vinculação entre tais instituições, ficou relegado a um papel secundário na literatura das Ciências Sociais. Parte deste desinteresse muito se deveu a precipitações valorativas que em muito prejudicaram uma abordagem mais sistematizada do tema. Leia-se: a crença de que os militares haviam voltado para os quartéis não sendo mais fonte ameaçadora de poder mercê da instauração de um governo civil. De acordo com esta percepção, rumava-se inexoravelmente para a consolidação da democracia brasileira. ²

Este artigo pretende contribuir para divulgar as distintas visões sobre a realidade civil-militar brasileira pós-1964 a partir, especialmente, da produção em livros de acadêmicos brasileiros ou de estrangeiros publicados em português. Serão destacadas as principais publicações que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para um melhor entendimento acerca do papel dos militares na política desde o início do regime militar até os dias de hoje. Antes, algumas considerações preliminares serão feitas.

¹ Jorge Zaverucha é professor da UFPE e pesquisador sênior do CNPq; Helder B. Teixeira é Mestre em Ciência Política pela UFPE. Agradecemos a Celso Castro por suas observações.

² O termo consolidação deve ser usado com cautela, por se tratar de conceito *ex post facto*. Convém lembrar que a literatura definia a democracia chilena, até as vésperas do golpe pinochetista, como sendo consolidada. O mesmo para a Venezuela pré-1992, data da primeira tentativa de golpe de Estado liderada por Hugo Chávez.

A primeira delas é que a feição deste trabalho procurou se fundamentar numa perspectiva de apresentação que facilitasse tanto a compreensão do leitor iniciante quanto do especialista no objeto supracitado. Neste sentido, são apresentados os trabalhos que se concentraram nos antecedentes do Golpe de 1964, sendo seguidos, então, pelas obras que tratam do período dos Governos Militares (1964 – 1985). Finalmente, assentam-se as maiores atenções na produção acadêmica pós-1985. Teses, dissertações e artigos publicados, quando mencionados, os são apenas a título de complementação elucidativa.

A segunda é que, as análises das obras que se seguem não esgotam quaisquer leituras mais percucientes das mesmas. Num artigo desta natureza a proposta central é, em síntese, divulgar o trabalho de pesquisadores, dos mais variados matrizes teóricos, comprometidos em lançar luzes acerca das condições e conseqüências da presença militar na política brasileira.

A terceira se refere às matrizes teóricas nem sempre explicitadas pelos autores. Grande parte dos trabalhos publicados por editoras no Brasil, sejam estas universitárias ou comerciais, são reformulações de dissertações e teses acadêmicas onde, por necessidade e força de circunstâncias próprias ao ambiente acadêmico, o referencial teórico é sempre destacado. Todavia, quando da exposição ao grande público, este detalhe é por vezes negligenciado. Por conseguinte, tornou-se dificultoso apresentar metodologicamente alguns dos trabalhos devido a este aspecto. Esclarecidos estes pontos, passa-se a seguir a elencar as produções mais relevantes sobre o papel político dos militares entre 1964-2002.³

³ Há trabalhos que, mesmo não estando no corte cronológico aqui tratado, devem ser mencionados. Castro (1995) fez um estudo etnográfico enfatizando a origem social, da vida cotidiana e do ambiente intelectual que cercava os militares em fins do Império e nos primórdios da República. Castro (1990) mostrou o perfil da formação dos cadetes da AMAN. Rara imersão na origem da mentalidade e do espírito de corpo entre os militares do exército. Ao biografar Benjamim Constant, Lemos (1995) revelou que as estruturas sociais do Império, não permitiam uma maior mobilidade social fazendo com que homens, como Constant, optassem pela carreira militar como sustento, e não como missão. Pode-se vislumbrar que os proclamadores da República, mesmo entre os militares, divergiam de sua influência no poder de acordo com as suas origens sociais. Corrêa (1997) discorreu sobre a influência do pensamento positivista na formação da mentalidade militar no Brasil. Seu enfoque, entretanto, difere daquele utilizado tanto por Castro quanto por Lemos. Primeiro, por estender o corte cronológico para além da República Velha e chegando até 1964. Depois, mostrou, à luz da obra de Comte, as incongruências, limitações e adaptações do positivismo pelos militares. Demonstrou, que o “espírito positivo” ainda se faz presente no seio do Exército, fundamentalmente, pela cultura do intervencionismo e da ingerência militar no plano político. Corrêa também acentuou o papel das elites política civis na formação de uma cultura antidemocrática na República. Prestes (1999), analisou o Tenentismo não como um corpo unívoco. Acentuou os diversos matizes do Tenentismo defendendo que oficiais como Luís Carlos Prestes e Juarez Távora não poderiam ser colocados num mesmo corte epistemológico. Leiner (1997) esboçou uma teoria da hierarquia militar enquanto fato social para a instituição militar. Coelho (2000), relançamento de 1976, analisou a inserção do Exército no âmbito do cenário político nacional. Foi o primeiro trabalho a enfatizar a importância dos militares entre as elites de maior importância no Brasil, bem como o primeiro a fazer uma revisão bibliográfica acerca das correntes interpretativas de então. Oliveira (1997) concentrou seu estudo sobre a relação entre o pensamento e as intervenções militares no Brasil. Personagens e grupos dentro das Forças Armadas são identificados em torno de aspirações e projetos políticos comuns. Para outros trabalhos ver Coelho (1985).

O Golpe Militar de 1964⁴

Uma detalhada e pioneira pesquisa empírica sobre a montagem da conspiração civil-militar para a derrubada do Presidente João Goulart foi realizada por Dreyfuss (1981), onde o mesmo chegou a conclusão de que esta conspiração era de caráter capitalista e proeminentemente multinacional. Associada a líderes civis e militares locais, a conspiração venceu a luta de classes ao depor Goulart, afastando, segundo os conspiradores, a possibilidade dos comunistas chegarem ao poder. Metodologicamente, Dreyfuss se fundamentou na abordagem gramsciana do conceito de hegemonia e, neste sentido, sua análise é antes de tudo, estrutural. Bandeira (1997) também enveredou pela análise estrutural e/ou determinista. Descreveu o papel central dos EUA na cooptação de líderes militares e empresariais que golpearam o presidente em exercício. Estruturas prevalecem sobre a ação dos indivíduos em ambas as obras. O golpe, portanto, estava fadado a acontecer.

Numa perspectiva distinta, Figueiredo (1993), tal como Santos (1986), não apresenta visão estruturalista nem determinista sobre a eclosão do golpe. Pelo contrário, elaborou um estudo sobre as preferências dos atores políticos e suas estratégias para maximizarem seus objetivos que terminaram por levar ao impasse democrático. Neste sentido, não enfatiza a tese de conspiração, mas a de inapetência gerencial do Governo Goulart em não acomodar diferenças político-partidárias, e o erro do presidente em afastar-se da direita não-golpista que havia lhe garantido a posse como Vice-Presidente da República. Assim sendo, argumenta que, devido a um comportamento errático, o Governo Goulart alimentou, em vez de dissipar, o retrocesso político. Goulart não teria sido capaz de sedimentar apoios democráticos, e terminou por alavancar posturas concentradoras e desagregadoras tanto de cunho pessoal como sistêmico. Analisando o papel dos atores políticos, categoria central do estudo, Figueiredo demonstra que o golpe de Estado poderia ter sido evitado caso os atores políticos tivessem se comportado de maneira distinta.⁵

O Regime Militar

Passando para as obras que retrataram o período compreendido entre 1964 e 1985, uma consideração prévia deve ser feita, uma vez que um novo recurso metodológico se consolida: a entrevista. Neste caso, os trabalhos de D'Araújo, Castro e Soares (1994a; 1994b; 1995), D'Araújo e Castro (1997) e Couto (1999a; 1999b), deitaram novos parâmetros para a análise deste período. Mesmo com as limitações de ordem metodológica imposta a uma entrevista, como a da influência de juízos de valor do entrevistado, estas obras contribuíram significativamente,

⁴ Existem varias percepções sobre o que ocorreu em 1964: Revolução; Contra-Revolução; Contra-Golpe e Golpe de Estado. Escolhemos esta última definição por ser a mais usada na literatura.

⁵ Sobre a capacidade intervencionista dos militares frente ao regime constitucionalmente instituído ver MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda (2001).

através de novas abordagens investigativas, para a elucidação de pontos anteriormente não tratados por outros estudiosos.⁶

A trilogia *A Memória Militar*, organizada por D'Araújo, Castro e Soares é um grande marco na produção acadêmico-literária sobre os governos militares. Dividida em três partes (1964, *A Repressão* e *A Abertura*), nelas podem ser vislumbradas, pela primeira vez, boa parte das estruturas de comando, decisão e repressão, formuladas pelos militares durante o regime de exceção. Deve-se prestar atenção na própria organização das entrevistas, e na adaptação dos entrevistadores em relação aos entrevistados. Toda a fundamentação teórico-metodológica está próxima da História Oral.⁷

Neste sentido, diferentemente da produção documental e escrita que até então caracterizava os estudos a respeito do período militar, os organizadores procuram dar um sentido às entrevistas delineando uma espécie de “cronologia oral” dos acontecimentos. Em se tratando de uma Ditadura Militar, os aspectos relacionados à repressão são os que mais se sobressaem. Neste sentido, o segundo volume da trilogia (*A Repressão*) é o de maior impacto. Mais uma vez se delinea o fator heterogeneidade entre os militares brasileiros imersos neste período, característica esta que aparece nos outros volumes da série. Por conseguinte, torna-se esta trilogia leitura obrigatória em qualquer nível de interesse e compreensão para o leitor e o pesquisador interessado no tema.

Ferreiros (2000) também analisou o período ditatorial só que de um modo mais interpretativo. Ressalte-se sua distinção entre *Estabelecimento Militar* (os militares que agem de acordo com as leis e regulamentos) e o *Partido Fardado* (os militares que se julgam com o direito de interpretar o que seja a lei e a ordem). Castello Branco seria um representante do primeiro grupo, ao passo que Costa e Silva faria parte do segundo. Para o autor, ao final do regime militar, o *Partido Fardado* deixou de existir e teria entregue à hierarquia-burocrático militar a tarefa de compreender os problemas do Estado brasileiro.

Ainda relacionada à temática da História Oral, tem-se a obra de D'Araújo e Castro (1997). Nesta pode-se vislumbrar, sob um ponto de vista privilegiado, as idéias, as opiniões e os pontos de vista do general-presidente Ernesto Geisel.⁸ Geisel fornece todo um painel de informações acerca de um período que poucos tiveram o privilégio de acompanhar com tanta influência. Desde o tenentismo, passando pelos Governos Vargas, o Populismo, os governos militares e a redemocratização, Geisel discorre acerca de todas as conjunturas das quais tomou parte. Por outro

⁶ Há de se destacar que o principal destes pontos foi o da impossibilidade de uma maior aproximação entre pesquisadores e os atores políticos inseridos à época no Regime Militar, em especial os próprios militares. Com a saída destes do governo, surgiu a oportunidade para um diálogo mais próximo, devido a uma certa normalização dos processos políticos e sociais no Brasil.

⁷ Para um maior aprofundamento acerca desta metodologia ver Alberti (1989).

⁸ Ainda em relação aos limites da entrevista no que concerne às opiniões dos entrevistados, um detalhe deve ser colocado. Em seu governo Ernesto Geisel teve como um de seus principais auxiliares o então Coronel Gustavo Moraes Rego Reis, promovido a General ainda no Governo Geisel. Em seu depoimento a D'Araújo, Castro e Soares no terceiro volume da trilogia *A Memória Militar*, Reis afirma que aconselhou o Ex-Presidente Ernesto Geisel na escolha de seu Ministro do Exército. Geisel, por seu turno, em depoimento a D'Araújo e Castro, afirma que não consultou ninguém na referida escolha. Isto, obviamente, não invalida a entrevista como recurso metodológico, apenas representa quais seriam os limites da mesma em relação a atores políticos inseridos num mesmo contexto. Cf. D'Araújo, Castro, e Soares (Orgs.) (1995); D'Araújo, Castro (Orgs.) (1997).

lado, diferentemente da trilogia *A Memória Militar*, D'Araújo e Castro procuraram inserir na metodologia de trabalho um outro aspecto presente da História Oral: a história de vida. Através de sua educação familiar e formação profissional, Geisel traça um curso de interpretação dos fenômenos políticos, sociais e econômicos do Brasil e, sobretudo, define e justifica o papel e a presença dos militares na cena cotidiana brasileira.⁹ Ainda no esteio desta metodologia, Castro e D'Araújo (2001) abordaram a visão dos militares sobre o período conhecido como a *Nova República*, iniciado em 1985, com o fim do regime militar e início de período democratizante.¹⁰

Mas a pesquisa documental não foi relevada a segundo plano. Com a publicação do *Dossiê Geisel* (2002), Castro e D'Araújo, ao lado de outros pesquisadores, organizaram uma das raras oportunidades de trabalho com fontes primárias de documentação oriundas do próprio acervo do Ex-presidente Ernesto Geisel. Nesta obra, temas relacionados às relações exteriores, à censura, à saúde, educação, previdência social, dentre outros, são sistematizados de forma a estabelecer novos horizontes no exame das relações civis-militares durante os anos de Regime Militar.

Uma outra obra de relevo para o conhecimento dos personagens militares mais importantes da História recente do Brasil é a de Esteves (1999). Trata-se de uma compilação formada por quadros biográficos de todos os ocupantes das Pastas da Guerra e dos Ministérios do Exército do segundo governo de Getúlio Vargas a Fernando Henrique Cardoso.¹¹ Além de referências biográficas, o livro fornece uma série de discursos, ordem do dia, despachos, realizações e organização administrativa da Arma por cada um dos ocupantes do cargo. É fonte importante para se compreender e se aprofundar acerca das mudanças ocorridas no Exército Brasileiro em quase cinquenta anos.

De retorno aos novos paradigmas teórico-metodológicos, e ao incremento da pesquisa sobre as relações civis-militares no Brasil, tem-se as obras de Couto (1999a; 1999b). Nelas, também estão presentes nelas a utilização de entrevistas como recurso metodológico eficaz. No entanto, o autor não se limitou apenas a trabalhar com entrevistas, logo depois compiladas em outra obra (1999b), mas fundamentou seu trabalho numa pesquisa histórica, onde fontes primárias e uma ampla bibliografia formam um escopo abrangente do período em tela. Aposta na consolidação da democracia brasileira e, por conseguinte, no controle civil sobre os militares.¹²

⁹ Há uma outra obra acerca do ex-presidente Geisel feita por Falcão (1995). Trata-se de obra distante de qualquer criteriosidade científica, teórica e metodológica. É, antes de tudo, uma narrativa apologética ao general Geisel de um de seus mais fiéis colaboradores. Serve, contudo, para um maior aprofundamento acerca da vida e do governo Geisel.

¹⁰ Uma outra coletânea de depoimentos, opiniões, visões e explicações dos militares sobre o Regime Militar foi realizada por Contreiras (1998). Diferentemente de Castro e D'Araújo, o livro de Contreiras não é uma exposição embasada em critérios teórico-metodológicos, mas um agrupamento de depoimentos curtos conseguidos em anos de reportagem em diversos veículos de comunicação.

¹¹ Esta obra complementa uma outra sobre os ministros militares da Guerra. Ver Lopes (1950).

¹² Entenda-se pr controle civil a capacidade das autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade civil organizada (sindicato, associações, imprensa etc.) limitarem o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado. Cuba, China, Coréia do Norte controlam os militares por meio de partido único. Este controle é civil, mas não democrático. Curiosamente, a falta de controle civil sobre os militares emergiu na Rússia, após a queda do regime soviético, e não antes.

A leitura de Couto pode ser complementada com um clássico da historiografia. Trata-se, obviamente de Skidmore (1988). Retornando ao estilo narrativo-descritivo que o consagrou em sua obra anterior *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Skidmore, avança a respeito de alguns pontos dos primeiros anos dos governos militares. Retratando cronologicamente todos os governos militares e o processo de redemocratização, esta obra é a primeira grande síntese histórica de qualidade sobre o Regime Militar brasileiro.

Também estão presentes no estudo sobre a Ditadura Militar trabalhos que enfocam a *Análise do Discurso*, outro tema que emergiu sensivelmente no meio acadêmico brasileiro pós-1985. Fiorin (1988) e Indursky (1997) são os principais expoentes neste tipo de aproximação junto ao tema das relações civis-militares. Fiorin se concentra na afirmação do discurso como legitimador de um sistema de construções supra-sociais. Neste caso, o autor delimita o ato de enunciação como a colocação de um ato individual, neste caso dos militares e seus aliados, em detrimento de uma competência lingüística, discursiva, textual, interdiscursiva, intertextual, pragmática e situacional. O argumento do autor é que o discurso legitimador de 1964 é construído em torno de imposições discursivas, e não de um diálogo e uma intersecção entre enunciadores.

Já Indursky destaca o papel dos discursos dos Presidentes militares como uma falsa distinção entre a determinação e a indeterminação discursiva. Também fundamentada na Análise do Discurso, próxima da Escola Francesa, Indursky objetiva apresentar a artificialidade das construções dos discursos presidenciais, onde os generais procuram apresentar suas atribuições de Chefes do Executivo como uma missão, e não como uma opção pessoal. Neste caso a autora trabalha com categorias como a de “não-pessoa”, “quarta pessoa” e “sujeito presidencial” para ilustrar seus argumentos da artificialidade de uma construção social exógena à própria sociedade.

Das obras que retratam o Regime Militar em sua extensão, a política externa do período foi, de certa forma, um pequeno adendo, ou mesmo um detalhe dentro das pesquisas realizadas. Esta lacuna é preenchida por Vizentini (1998). Na mais completa e abrangente análise da política externa dos governos militares, Vizentini destaca o projeto dos governos militares em transformar o Brasil numa potência regional. No entanto, o livro prima por apresentar uma dinâmica endógena aos governos militares de ruptura e continuidade, em relação ao planejamento da política exterior. Desta feita, não há uma política externa do Regime Militar, mas políticas externas na medida em que cada governo, representando alas distintas das Forças Armadas, determinavam e influenciavam a estruturação da política exterior. Destaque também nesta obra é a discussão teórica, e a formulação de modelos explicativos para cada governo militar.

A partir deste instante, passa-se a destacar obras que se concentraram em períodos e governos específicos dentro do Regime Militar. São expoentes deste tipo de corte cronológico as obras de Martins Filho (1995), Mathias (1995) e Codato (1997).

O primeiro se detém num dos aspectos mais entravantes para a análise do Regime Militar: as crises internas do seio das Forças Armadas brasileiras no período de 1964 a 1969. Para tanto, Martins Filho estuda os processos críticos de cisão ocorridos nos primórdios do Regime, e que caracterizaram a posterior divisão das Forças Armadas em moderados e duros e, particularmente, dentro de Exército, em “castelistas” e “radicais”. Seu estudo tem por base a compreensão de toda uma estrutura de formação, concentração e distribuição do poder, e das esferas de influência política, entre os militares e seus aliados. Há no livro um capítulo dedicado a uma discussão

teórica, bem como uma série de contestações aos parâmetros, razoavelmente aceitos, pela Ciência Política na análise dos regimes de exceção.

Mathias (1995), por sua vez, concentra-se na análise do processo de distensão iniciado no governo Geisel (1974 – 1979). Na verdade, seu trabalho se inicia a partir de 1973, quando da indicação de Geisel para sucessão de Médici na Presidência da República. Metodologicamente, Mathias procura estudar a gênese do processo distensionista através da análise dos discursos de Ernesto Geisel, e de como tais instrumentos podem esclarecer os projetos e as intenções do então presidente em relação à abertura política. Entretanto, diferentemente de Fiorin (1988) e Indursky (1997), Mathias não se concentra num viés estritamente lingüístico, mas numa abordagem interpretativa dos discursos. Seu argumento principal é o de que Geisel procurou, com o projeto de distensão, assegurar uma estabilidade institucional aos militares, bem como assegurar o fim gradual de um regime de exceção.¹³

Outro trabalho que se deteve no Governo Geisel foi o de Codato (1997). Neste, são analisadas as estruturas decisórias e o planejamento estratégico-político que visaram assegurar ao Brasil um nível de desenvolvimento econômico palatável às necessidades de segurança dentro do sistema militar. Assim sendo, descreve o engenhoso aparato de formação de um projeto militar de governo e sociedade, circunscritos a um sistema político autoritário. O trabalho de Codato tem como grande mote a inserção de um estudo sobre os governos militares que não se deteve apenas nas relações castrenses intramuros, ou mesmo uma abordagem em que a farda se sobreponha sobre outros canais de influência dos governos militares. Por conseguinte, analisando o planejamento político-econômico do governo Geisel, Codato traz a lume determinados subsídios, até então sublimados em teorizações generalizantes, acerca do início da desmilitarização do Regime, retratando a importância da organização de um modelo estatal de formulação de políticas econômicas, grande motor do projeto militar de governo iniciado em 1964.

Outro que se deteve em estudos acerca do Governo Geisel foi Oliveira (1994). Entretanto, diferentemente dos autores anteriormente mencionados, estende suas pesquisas até o Governo Collor na intenção de explanar que a dinâmica das relações civis-militares no Brasil, não pode ser posta numa simples aporia entre militares/ditadura de um lado; civis/democracia, de outro. Deste modo, amplia o foco de exame às alianças entre ambos os grupos, à complexidade do aparelho militar e à dinâmica organizacional da sociedade civil, visando apresentar novos paradigmas para a compreensão do processo de abertura política que, de acordo com sua visão, atinge seu ápice com a renúncia do ex-presidente Collor de Mello.

Ainda tratando de obras que focaram períodos específicos da Ditadura Militar, tem-se o livro de Serbin (2001). Nesta obra é possível visualizar o quanto às relações civis-militares no Brasil foi, antes de tudo, uma movimentação intraelites. Destacando a chamada *Bipartite*, uma

¹³ Duas obras podem complementar a discussão de Mathias. A de Soares (1998) e a de Teixeira (2001). Em concordância com Mathias, Soares defende que Geisel, estrategicamente, definiu diretrizes para uma abertura por contenção. Ou seja, o regime de exceção deveria ser gradualmente desmontado para evitar crises nas Forças Armadas. Por sua vez, Teixeira defende posição oposta. Argumenta que não houve uma abertura por contenção, mas uma contenção da abertura devido, por exemplo, à conjuntura de mobilização social, ausência de lideranças nas Forças Armadas e o início do fim das ditaduras na Europa. Neste sentido, Teixeira defende que o projeto de distensão foi efetivado para garantir a continuidade da ingerência militar na política brasileira, mesmo após o fim do regime de exceção. Esta nova e importante interpretação ajuda a entender o destacado papel que as Forças Armadas possuem na vida política brasileira no início do século XXI.

comissão secreta de diálogo entre a Igreja Católica e os governos militares durante os governos Costa e Silva e Ernesto Geisel, Serbin demonstra o quanto as relações entre as elites políticas brasileiras contribuíram para o aqodamento de uma mobilização social mais ampla. Mesmo destacando a importância da Igreja como mediadora entre um regime autoritário e uma sociedade civil enclausurada por este último, o autor defende a importância destes diálogos efetuados no calor da repressão autoritária.

Transição e a falta de consolidação democrática: o papel dos militares

A partir deste instante, passa-se a apresentar as principais publicações que se detiveram no processo de transição do autoritarismo para a democracia.. A grande divisão de campos se deu sobre a continuidade ou não da autonomia militar no sistema político que se iniciava.¹⁴ Ou seja, há os que acham que os militares se recolheram aos quartéis e passaram a exercer suas atividades exclusivamente profissionais, submetendo-se ao poder civil. E há os que destacam a significativa presença militar no aparato de estado através de enclaves autoritários, onde o poder civil ou não penetra ou o faz timidamente. Ou seja, o estado continuava a ser autoritário em vários de seus componentes, embora a democracia procedural estivesse em vigor. Esta discordância repercutirá sobremaneira na discussão sobre a (im)possibilidade do estabelecimento de um controle civil sobre os militares, e na perspectiva dos limites da (falta de) consolidação democrática.

O primeiro trabalho a destacar esta temática foi o clássico de Stepan (1987)¹⁵, onde o mesmo discorre acerca do legado autoritário, bem como sobre as perspectivas futuras nas relações entre a sociedade civil e o poder militar. De fato, grande parte de suas reflexões reside na preocupação em determinar um padrão de redemocratização que incluísse, seriamente, a questão social como, por exemplo, a distribuição de renda. Além de uma bem organizada discussão conceitual acerca da abertura e da democracia, o autor coloca a disposição do leitor, dados referentes à História do Brasil nos governos militares, como aqueles que se referem aos gastos militares e seus impactos na economia do país. Sobretudo, Stepan, já neste livro, alerta para o perigo de uma transição incompleta e problemática no Brasil, na medida em que entraves autoritários, em ainda permanecendo, não alavancariam o desenvolvimento de uma sociedade civil em amplos termos.

Se Stepan analisa os elementos complicadores para uma consolidação democrática no Brasil pós-Regime Militar, Aguiar (1986) oferece uma abordagem mais empírica do continuísmo da ingerência militar na política brasileira através do então Congresso Constituinte. Em seu livro, Aguiar alerta para a manutenção da presença militar que, de acordo com seus argumentos, ainda permitiria um alto grau de autonomia às Forças Armadas, mesmo após o fim do regime de autoritário. Isto decorreria do fato de os militares não estarem submetidos, a partir da confecção

¹⁴ O comportamento militar é politicamente autônomo quando os militares têm objetivos próprios, que podem ou não coincidir com os interesses de outros grupos políticos, e a capacidade institucional de executá-los, em detrimento de regras democráticas que proibam a consecução.

¹⁵ Também é oportuna a leitura de STEPAN (1988). Nesta obra, aspectos relacionados às primeiras conclusões acerca da transição brasileira para a democracia são discutidos por especialistas das ciências sociais e da economia.

do próprio texto constitucional, aos poderes constitucionais, gerando uma grande possibilidade de intervenção política numa democracia ainda nascente.

Este é o mote das pesquisas de Zaverucha (1994; 2000) que, contrapondo-se a Hunter (1997)¹⁶, sustenta que a democracia no Brasil ainda não está consolidada devido, dentre outros motivos, a existência de enclaves autoritários no aparelho de estado. Tais enclaves dão ensejo ao surgimento de *prerrogativas militares*, ou seja, áreas de atuação onde os militares ainda possuem uma autonomia relevante. Sua análise se finca nas brechas perpetuadas no texto constitucional de 1988 que, segundo suas argumentações, propiciaram a manutenção de uma ingerência militar constitucionalmente validada no cenário político.

No livro publicado em 1994, faz um estudo comparativo entre as transições ocorridas na Argentina, Brasil e Espanha. Mostra as distintas estratégias adotadas pelos atores políticos que levaram ao sucesso do controle civil (Espanha), parcial sucesso (Argentina) e fracasso (Brasil de José Sarney).

Dando continuidade, Zaverucha (2000) analisa os governos Collor, Itamar e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Contesta a interpretação do *impeachment* de Collor feita por Hunter (1997), Oliveira (1998), Castro e D'Araújo (2001) de que não teria havido intervenção castrense no processo de afastamento do presidente. Mostra, também, que tanto Itamar quanto FHC pouco fizeram para o estabelecimento do controle civil sobre os militares.

Grosso modo, Hunter e Zaverucha dividem as opiniões e os referenciais daqueles que se debruçam a cerca das relações civis-militares no Brasil. Um exemplo deste fato é que na coletânea de Castro e D'Araújo (2000) as posições próximas a de Hunter encontram adeptos.

O mesmo não ocorre, todavia, na coletânea de Saint-Pierre e Mathias (2001). Em ambas há artigos de especialistas latino-americanos além dos brasileiros. É mote dos artigos a discussão acerca da subordinação dos militares aos poderes constitucionais no período pós-transição para a democracia nos seus respectivos países.

Finalizando, há o trabalho de Antunes (2002) sobre a criação e funcionamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em seu livro, a pesquisadora chama a atenção para o foco da ABIN estar concentrado nas questões de ordem interna, o que seria um prosseguimento da mentalidade do inimigo interno, tão caro aos órgãos de segurança na história do Brasil. Também destaca a falta de uma clara delimitação das atividades da agência, bem como no parco controle legislativo sobre a mesma. Ademais, Antunes sustenta que, embora seja órgão de inteligência civil, a ABIN foi colocada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, sob controle de um general da ativa, caso único no mundo democrático. Poder-se-ia lembrar, que mesmo durante o regime militar quem dirigia o Serviço Nacional de Informações (SNI), ou seja, a coleta de informações, não era quem tomava a decisão do que fazer com as mesmas. No governo FHC, todavia, estas duas competências ficaram concentradas na figura de uma única pessoa: o general Alberto Cardoso.

¹⁶ Entusiasmada com a democracia brasileira Hunter chegou a escrever que “sob o risco de exagero, as condições dos anos 80 e 90 converteram os militares em algo parecido a um tigre de papel”. Esta talvez seja a maior lacuna no que se refere à literatura sobre as relações civis-militares no Brasil. O livro de Hunter não foi traduzido para o português, ficando assim restrito às esferas de especialistas acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, Roberto A. R. (1986), *Os Militares e a Constituinte*. Poder Civil e Poder Militar na Constituição. São Paulo, Alfa-Ômega.
- ALBERTI, Verena. (1989), *História Oral*. A Experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, FGV.
- ANTUNES, Priscila C. Brandão. (2002), *SNI e ABIN*. Rio de Janeiro, FGV.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1997), *O Governo João Goulart*. As Lutas Sociais no Brasil. 1961 – 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CASTRO, Celso. (1995), *Os Militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). (2002), *Dossiê Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- _____; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). (2001), *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- CODATO, Adriano Nervo. (1997), *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec.
- COELHO, Edmundo Campos. (1985) *A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico*. BIB, Rio de Janeiro, n. 19.
- COELHO, Edmundo Campos. (2000), *Em busca da Identidade*. O exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Record.
- CONTREIRAS, Hélio. (1998), *Militares*. Confissões. Histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro, Mauad.
- CORREIA, Arsênio E. (1997), *A Ingerência Militar na República e o Positivismo*. Rio de Janeiro, 1997.
- COUTO, Ronaldo Costa. (1999a), *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*. Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro, Record.
- _____. (1999b), *Memória Viva do Regime Militar*. Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro, Record.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). (1997), *Ernesto Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- _____; CASTRO, Celso (Orgs.). (2000), *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- _____; _____. SOARES, Gláucio Ary Dillon (Orgs.). (1995), *A Volta aos Quartéis*. A Memória Militar Sobre a Abertura. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. (1994a), *Os Anos de Chumbo*. A Memória Militar Sobre a Repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- _____. (1994b), *Visões do Golpe*. A Memória Militar Sobre 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DREYFUSS, René Armand. (1981), *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes.
- ESTEVES, Diniz. (1999), *Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro*. 1951 a 1999. Brasília, Estado Maior do Exército.
- FALCÃO, Armando. (1995), *Geisel*. Do Tenente ao Presidente. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FERRERIA, Oliveiros S. (2000) *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo, Editora Senac.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. (1993), *Democracia ou Reformas*. Alternativas Democráticas à Crise Política (1961-1964). São Paulo, Paz e Terra.
- FIORIN, José Luis. (1988), *O Regime de 1964*. Discurso e Ideologia. São Paulo, Atual.
- FLORES, Mário César. (1992), *Bases para uma Política Militar*. Campinas, Edunicamp.
- HUNTER, Wendy. (1997), *Eroding Military Influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- INDURSKY, Freda. (1997), *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, Edunicamp.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). (1990), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Sumaré.
- LEINER, Piero. (1997) *Meia Volta Volver*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- LEMONS, Renato. (1999) *Benjamin Constant*. Vida e História. Rio de Janeiro: Topbooks.
- LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. (1999), *A Transição e a Consolidação da Democracia*. A Experiência da Europa e da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOPES, Teodorico; TORRES, Gentil. (1950), *Ministros da Guerra no Brasil (1809 – 1950)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Borsói.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. (2001), *1961*. Que as Armas não Falem. 3. ed. São Paulo, Senac.
- MARTINS FILHO, João Roberto. (1995), *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo, Edufscar.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. (1995), *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papirus.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (1994), *De Geisel a Collor*. Forças Armadas, Transição e Democracia. Campinas, Papirus.
- _____. (1997), *Militares*. Pensamento e Ação Política. Campinas, Papirus.
- PRESTES, Anita Leocádia. (1999), *Tenetismo Pós-30*. Continuidade ou Ruptura. São Paulo, Paz e Terra.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MATHIAS, Suzeley Kalil (Orgs). (2001), *Entre Votos e Botas*. São Paulo, Edunesp.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1986), *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice.
- SERBIN, Kenneth P. (2001), *Diálogos na Sombra*. Bispos, Militares e Justiça Social na Ditadura. São Paulo, Companhia das Letras.
- SKIDMORE, Thomas E. (1989), *Brasil. De Castelo a Tancredo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). (1994), *21 Anos de Regime Militar*. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- SOARES, Samuel Alves. (1998), *Marcha Moderada: as estratégias de uma abertura por contenção*. In: *Premissas*. Campinas, 17 –18, maio, 1998.
- STEPAN, Alfred. (1988), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1986), *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TEIXEIRA, Helder Bezerra. (2001), *Geisel, os Militares e o Projeto Distensionista*. Transição para a Democracia ou Continuismo da Ingerência Militar na Política Brasileira? Recife, Universidade Federal de Pernambuco. (Mestrado em Ciência Política).
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. (1998), *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre, Edufrgs.
- ZAVERUCHA, Jorge. (2000), *Frágil Democracia*. Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1994), *Rumor de Sabres*. Tutela Militar ou Controle Civil? São Paulo, Ática.